

Jornal do Professor

Adufg
SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO III- Nº 13 - MARÇO/ABRIL DE 2014

EDITORIAL

Saudações, professores!

A edição de março/abril do **Jornal do Professor** coincide com o marco de 50 anos do regime cívico-militar brasileiro. Em entrevista especial, o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Daniel Aarão Reis, fala ao professor Pedro Célio Alves Borges (FCS-UFG) sobre a frágil experiência democrática brasileira desde a Primeira República, detalha o fervor social que precedeu o golpe de 1964 e aponta na atual fermentação política do País um importante movimento que, mesmo com matizes de direita ou de esquerda, critica as mordomias e a inoperância dos poderes e atua para fortalecer a democracia.

Em Jataí, acompanhamos de perto o movimento de estudantes, técnicos administrativos e docentes por acessibilidade e condições de trabalho após a morte da estudante de Direito Josiane Evangelista Pinto, que saía da aula, na Cidade Universitária, e foi atingida por uma caminhonete na BR-364, onde centenas de estudantes cruzam o mesmo caminho todos os dias.

Nesta edição, o professor terá a oportunidade de conhecer melhor a Funape. O ex-diretor executivo, professor da Faculdade de Odontologia Cláudio Leles, abriu as portas da agência, revelou detalhes do seu funcionamento, falou dos preconceitos e explicou como a fundação se tornou referência nacional em gestão de projetos de pesquisa.

Trazemos também um pouco da história de dedicação à educação básica pública da professora aposentada da FL, ex-secretária da Educação e ex-deputada federal Raquel Teixeira.

Nos artigos de opinião, João Carlos Amoroso Botelho, da FCS, nos oferece uma leitura dos interesses por trás da atual instabilidade política da Venezuela e Juarez de Maia, da FIC, faz uma retomada histórica para entender melhor os conflitos na Ucrânia e na Crimeia.

Boa leitura!

Contato com a redação

(62) 3202-1280

jornaldoprofessor@adufg.org.br

Fotos: Macloys Aquino



RAQUEL TEIXEIRA - Como a professora aposentada da FL, ex-secretária de Educação e ex-deputada federal, deixou a vida pública para se dedicar exclusivamente à educação básica de qualidade. **Página 16**

Democracia incrustada de valores autoritários

Mordomias, desprezo das elites políticas às reivindicações da sociedade, apoio civil a valores ditatoriais e tortura como política de Estado são heranças da exceção que ferem a democracia brasileira.

Em entrevista especial ao **JP**, o professor da UFF, Daniel Aarão Reis, fala da frágil experiência democrática desde a Primeira República e faz alerta sobre a atual fermentação política do País.

“Não se trata de substituir essa democracia frágil e incompleta por uma nova ditadura. Se trata de aprofundar, democratizar a democracia que nós temos”, afirma. **Páginas 8, 9 e 10**

OPINIÃO

“A vontade de instituir o uso da força é ameaça aos direitos humanos”
Vilma Machado

★

“Venezuela é teste para ações destabilizadoras na América Latina”
João Carlos Botelho



Por dentro da Funape

Ex-diretor executivo da Funape, Cláudio Leles (foto) desembaraça preconceitos, fala como a fundação se tornou referência nacional e traça os desafios da próxima administração. **Páginas 12 e 13**



João Carlos
Amoroso Botelho*

Venezuela é teste para novo repertório de ações desestabilizadoras na América Latina

As manifestações violentas que têm ocorrido na Venezuela para exigir que o presidente do país, Nicolás Maduro, abandone o cargo já poderiam ser esperadas por um observador atento do cenário venezuelano desde sua vitória apertada sobre Henrique Capriles em abril do ano passado.

Em 2014, se completaram 15 anos do chavismo no poder. Com a vitória de Maduro em 2013, se chegará ao total de 20 anos, caso ele consiga terminar seu mandato. A oposição venezuelana e a parcela da população que ela representa estão saturadas do chavismo. Havia a expectativa de que, com a morte de Hugo Chávez em março do ano passado, a oposição conseguiria retornar ao poder, o que esteve muito perto de ser alcançado nas últimas eleições presidenciais, mas acabou não se concretizando.

Como resultado da combinação entre o cansaço com o longo período do chavismo no poder e a frustração com mais uma derrota eleitoral, parte da oposição concluiu que havia chegado o momento de exigir nas ruas, com o uso da força se necessário, a saída de Maduro. É esse resultado que já poderia se esperar desde que a vitória do atual presidente foi anunciada há cerca de um ano. A própria margem estreita de 1,49% sobre Capriles contribuiu para aumentar a frustração.

A estratégia de exigir nas ruas a saída de Maduro dividiu a oposição. Afinal, houve um golpe de Estado contra Chávez em abril de 2002, que acabou sendo revertido pela reação de parte das Forças Armadas e da população. Pouco tempo depois, entre o fim do mesmo ano e o início do seguinte, se fez uma nova tentativa de forçar Chávez a deixar o poder, desta vez por meio de uma greve geral. O fracasso das duas iniciativas em alcançar seu objetivo levou a oposição a se concentrar em um mecanismo institucional, a possibilidade de convocar um referendo sobre o mandato presidencial. A consulta foi realizada e vencida por Chávez em 2004.

A realização do referendo e seu resultado contribuíram para acalmar os ânimos. A oposição ainda precisou de mais um ano para se convencer da necessidade de direcionar seus esforços para a via eleitoral, já que desistiu de disputar as eleições legislativas em 2005, mas acabou se convencendo e seguindo esse caminho desde então.

As manifestações violentas de 2014 representaram uma guinada nesse entendimento, depois da frustração com o resultado das últimas eleições presidenciais.

Agora, porém, não é mais possível repetir o modelo de 2002. Um golpe de Estado com a participação das Forças Armadas não seria aceito pelos vizinhos sul-americanos. Além disso, Chávez foi bem sucedido em, desde 2002, debelar os focos de resistência na cúpula militar, o que torna difícil conseguir apoio à uma ação contra Maduro. Tampouco é viável alguma modalidade de golpe parlamentar, como ocorreu contra Fernando Lugo no Paraguai em 2012, já que o chavismo tem maioria na Assembleia Nacional.

A nova tentativa, então, é criar as justificativas para uma intervenção de potências estrangeiras na Venezuela, o que, em caso de sucesso, poderia se tornar um modelo para o restante da América Latina. As razões para uma ação desse tipo viriam

do argumento quase universalmente aceito da defesa dos direitos humanos. Como resposta a um governante que ordena ataques a manifestantes pacíficos e cerceia a liberdade de expressão, seria aceitável uma intervenção externa para restabelecer a ordem constitucional e convocar novas eleições. É nisso que aposta a parcela da oposição que está liderando as manifestações contra Maduro.

As dificuldades para o presidente venezuelano em lidar com essa situação são enormes. Ao mesmo tempo em que ele não pode deixar de coibir ações violentas, precisa fazê-lo na medida exata para não dar argumentos sobre uso excessivo da força. Há ainda a questão da liberdade de expressão. No golpe de 2002, as principais redes de televisão da Venezuela tiveram um papel essencial em criar as justificativas para a ação militar, e até em articulá-la¹, já que o tipo de cobertura dada aos confrontos violentos na véspera do golpe foi o que permitiu que os militares golpistas agissem.

Essa foi outra frente em que Chávez atuou desde 2002, criando um sistema de canais estatais de TV e deixando de renovar a licença ou cooptando redes que lhe faziam oposição. Maduro, agora, tem mais instrumentos para lidar com uma eventual ação concertada dos principais canais de televisão, mas não deixa de estar suscetível, sobretudo com a possibilidade de que redes mais contrárias a ele continuem difundindo suas imagens pela internet. Ao mesmo tempo, o presidente venezuelano não está em condições de impedir a cobertura das manifestações, seja da mídia interna ou externa, o que só alimenta as acusações contra ele e faz com que algumas informações passem a circular apenas pelas redes sociais, originando toda sorte de boatos.

O contexto que envolve as manifestações contra Maduro criou também mais um grande desafio para a democracia na Venezuela. Não se trata só do risco de uma ruptura da ordem democrática. A própria reação do presidente venezuelano às ameaças que sofre pode aumentar os problemas que a democracia do país já enfrenta.

Os esforços do chavismo têm se concentrado na redução da pobreza e da desigualdade, ainda que, ao mesmo tempo, liberdades fundamentais, como a de imprensa, a autonomia dos Poderes e os controles sobre o Executivo se debilitem. Com as manifestações violentas contra Maduro, mesmo que não levem a uma ruptura da ordem democrática, a brecha existente na Venezuela entre liberdade e Estado de Direito, por um lado, e igualdade, por outro, em benefício da última, pode ser aumentada até o ponto de que a democracia do país acabe sendo tragada para o abismo.

1 - Em entrevista ao autor, o dono de um jornal venezuelano de oposição ao chavismo revelou que as principais redes de TV participaram da articulação do golpe de 2002, e não só trataram de oferecer as justificativas para ele.

* Professor adjunto da Área de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais (FCS- UFG).

“Golpe de Estado com a participação das Forças Armadas não seria aceito pelos vizinhos sul-americanos. Chávez foi bem sucedido em, desde 2002, debelar focos de resistência na cúpula militar, o que torna difícil conseguir apoio contra Maduro. Tampouco é viável um golpe parlamentar, como ocorreu contra Fernando Lugo no Paraguai em 2012, já que o chavismo tem maioria na Assembleia Nacional”

“A tentativa é criar as justificativas para uma intervenção estrangeira na Venezuela, o que poderia se tornar um modelo para o restante da América Latina. As razões para uma ação dessa viria do argumento da defesa dos direitos humanos, como resposta a um governo que ordena ataques a manifestantes pacíficos”



Juarez Ferraz
de Maia*

Rússia, Ucrânia e Crimeia: a geopolítica fala mais alto

Em 21 de novembro de 2013, o presidente da Ucrânia Viktor Yanukovich, recusa assinar um acordo de livre comércio com a União Europeia. O presidente Russo, Vladimir Putin, então convida o presidente Ucrâniano à Moscou e lhe oferece uma proposta alternativa: uma ajuda de U\$ 15 bilhões para investimento em obras de base e em infraestrutura, e mais U\$ 2 bilhões anuais para a Ucrânia custear parte da importação do gás da Rússia. Ao se distanciar da União Europeia e se aproximar de Moscou, uma revolta explode em Kiev, onde uma milícia nacionalista de matiz nazista responde com muita violência sectária que quase leva o país à guerra civil. O presidente Yanukovich foi deposto, e assumiram o poder os chamados oligarcas (novos bilionários) e um grupo de tecnocratas indicados pela União Europeia. A Rússia reage e em nome da defesa de seus cidadãos da Crimeia, anexa a península à Federação Russa. O último presidente da URSS, Mikhail Gorbachov, reage com as seguintes palavras: “Se antes a Crimeia foi incorporada à Ucrânia conforme as leis soviéticas, ou seja, segundo as leis do Partido (Comunista da URSS), sem perguntar ao povo, desta vez o povo corrigiu aquele erro”.

As mudanças no cenário político na região da antiga União Soviética não estão apenas decidindo mudanças na Ucrânia. Estão decidindo as novas fronteiras na Europa. Tudo leva a crer que os países do ocidente, União Europeia e Estados Unidos querem chegar às fronteiras da Rússia. Nada mais providencial que uma crise na Ucrânia nas portas da Rússia para realizar esse objetivo geopolítico. A Federação Russa é um país com mais de 17 milhões de quilômetros e abrange parte de dois continentes, Europa e Ásia. Esse território foi herdado do império Czarista e posteriormente expandido ao ser criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a URSS. Após a implosão do império Soviético, os países do ocidente avançaram em direção às fronteiras dos países do leste europeu. Foram construindo novas bases econômicas e militares, onde antes eram países pertencentes ao então chamado Pacto de Varsóvia, correspondente soviético da aliança americano-europeia, a Otan.

A Checoslováquia, Polônia, Hungria, Bulgária, Romênia, foram se desagregando como países comunistas. Na Romênia, a transição não foi pacífica. Houve um golpe de estado e a rebelião fuzilou o antigo ditador Nicolae Ceausescu e sua mulher Elena, em dezembro de 1989. Todos os países do leste europeu, sem exceção, aderiram à economia de mercado e rapidamente foram sendo agregados ao ocidente.

Por outro lado, os países que compunham o núcleo central da URSS, como a Estônia, Letônia, Lituânia, Cazaquistão, Uzbequistão, Geórgia (terra natal do antigo ditador da URSS, Josef Stalin), Bielo Rússia ou Belarus, Armênia, Moldávia e Ucrânia tornaram-se independentes da Rússia, porém com profundos laços com Moscou. Financeiros, energéticos, ou mesmo étnicos e culturais. Todos esses países têm no seu interior uma população de origem russa.

Ucrânia

Na sua história, desde os séculos IX e X, a Ucrânia de alguma maneira esteve ligada ao Império Russo. Somente em 1905 o Czar outorga maior autonomia à região e suspende a proibição dos ucranianos utilizarem o seu próprio idioma. Em 1917, com a revolução Russa, na Ucrânia os nacionalistas de direita proclamam a independência do país. Em 1920 os comunistas contra-atacam e assumem a direção do país.

Em 1954, Nikita Kruchoy, ucraniano e então dirigente máximo da URSS, num ousado gesto político, decreta a anexação da península da Crimeia (pertencente à Rússia) à Ucrânia. Justificou na ocasião que era para “celebrar os 300 anos da união da Ucrânia à Rússia”.

Mesmo durante o período da sua recente independência, a Ucrânia, de alguma maneira, esteve ligada à Rússia, seja pela participação na Comunidade de Estados Independentes (CEI), ou pela sua dependência energética da Federação Russa. Moscou vendia gás a preço subsidiado à Kiev, com uma redução de até 30% em preço de mercado.

Até novembro de 2013 o presidente deposto Viktor Yanoukovich agia como um pêndulo, ora indo em direção à União Europeia e ora balançando em direção a Moscou, tentando extrair o maior número de benefícios das duas zonas econômicas. O seu antecessor Viktor

Yushchenko havia de certa maneira se distanciado de Moscou e se aproximado da União Europeia, que com incentivos diferenciados queria atrair a Ucrânia para sua zona de influência econômica e política nas fronteiras com a Rússia.

Quando foram suspensos os anunciados acordos econômicos com a União Europeia, em novembro de 2013, e a possível reaproximação com a Rússia, o país foi sacudido por uma onda de protestos, inicialmente pacíficos e depois violentos, que só terminaram em março de 2014, com a deposição do presidente legal e constitucional da Ucrânia. Durante mais de três meses foram organizados grupos paramilitares de origem nazifascistas que tomaram as ruas de Kiev e passaram a controlar os movimentos na capital do país. Nesse momento acendeu o alerta na Rússia, país que havia perdido mais de 20 milhões de cidadãos durante a invasão da Alemanha nazista na 2ª Guerra e que de acordo com a sua política de defesa não poderia admitir em suas fronteiras um regime de extrema direita.

Os dirigentes russos consideraram que um regime dos paramilitares em Kiev era uma ameaça à segurança nacional da Federação Russa, considerando que no leste do país e na península da Crimeia a população de origem russa é maioria. Por segurança nacional, foram levantadas em Moscou duas bandeiras: impedir que os ocidentais, Europa e Estados Unidos cheguem tão próximos da fronteira da Rússia, e ao mesmo tempo, agir rápido em defesa de seus cidadãos, principalmente na Crimeia. A Rússia, ao agitar essas bandeiras, deu força a uma reivindicação da população russa da península da Crimeia. Coloca-se em marcha a ideia de um referendo, cujo objetivo era perguntar a população russa local se queriam voltar a pertencer à Federação Russa. O plebiscito foi realizado em 16 de março: mais de 90% dos votantes disseram sim ao retorno como membros efetivos a Federação Russa. O presidente da Federação Russa Vladimir Putin assinou um decreto em 17 de março anexando a península da Crimeia à Federação Russa.

Crimeia

A península da Crimeia fica no sul da Ucrânia, tem saída para o Mar Negro, com a costa leste muito próxima, quase rente do território da Rússia. Com área de 27 mil km², tem o tamanho aproximado da Bélgica. Três principais etnias habitam a região: a população de origem russa é mais de 60% da população. Os ucranianos são aproximadamente 25% da população, que falam russo. A terceira etnia são os tártaros, 15% da população da Crimeia. Diferentemente dos russos e ucranianos, que são cristãos, os tártaros são muçulmanos. Na 2ª Guerra Mundial, a Rússia “identificou” os tártaros como traidores. Stalin mandou deportar quase a totalidade daquela população para a Ásia Central.

Ficou famoso nas histórias de guerra o conflito na Crimeia, entre 1853 a 1856. Fala-se em mais de 500 mil mortos. A Rússia Czarista foi derrotada, porém, a Crimeia continuou sob o controle da Rússia. Historicamente, a Crimeia foi integrada ao Império Russo por Catarina, a Grande, em 1783, permitindo à Rússia o acesso ao Mar Negro. É em Sebastopol, na Crimeia, onde está estacionada a base russa, a conhecida Frota Russa do Mar Negro. Sebastopol, a maior cidade da península da Crimeia, é conhecida como a “cidade da glória russa”. Stalin, em 1945, recebeu na Crimeia Winston Churchill e Franklin Roosevelt na cidade de Ialta, onde os aliados realizaram o famoso acordo que leva o nome de “Acordo de Ialta”.

Conclusão

Após a anexação da península da Crimeia pela Federação Russa, os países ocidentais reagiram de forma “virulenta”, acusando a Rússia de expansionista e de querer voltar às fronteiras da Antiga União Soviética. Os Estados Unidos e a União Europeia decretaram sanções, o que, de acordo com alguns analistas, não afetará em nada a economia russa e tampouco a sua força política e militar na região. Em nenhum momento os líderes ocidentais bradaram em utilizar a força militar em defesa da Ucrânia. Não falaram em enviar os “mariners”. Isso só acontece quando o adversário não é a Rússia. À uma equipe da GloboNews, o especialista em segurança e estratégia militar Salvador Raza disse o seguinte: “Vai ficar assim, não vai acontecer nada”.

* Professor da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC-UFMG)



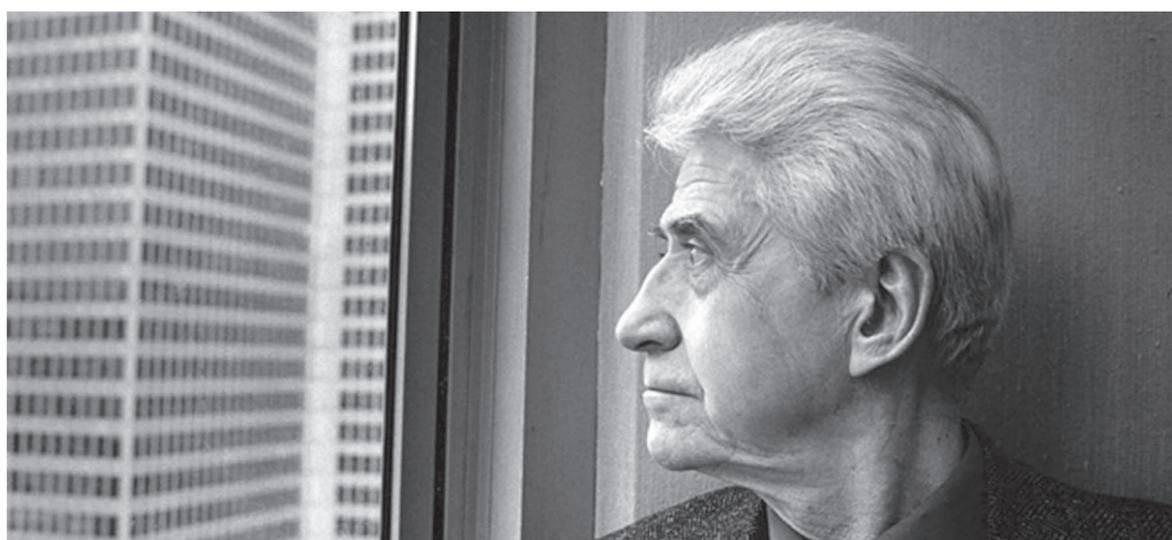
RESPINGOS

Hélio Furtado do Amaral

Professor aposentado. Na classificação autoritária do Siape: CLT. Excluído do universo dos docentes

A DITADURA QUE VI OPERAR

Nestes 50 anos do golpe militar de 1964, resgato a memória do operário e militante da esquerda brasileira Joaquim Alencar de Seixas, cuja morte está ligada ao assassinato do industrial Albert Henning Boilesen, o presidente da Ultragás que financiava policiais torturadores. Boilesen foi executado por militantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), nos Jardins, em São Paulo, em 15 de abril de 1971. No dia seguinte, em represália, militares do governo perseguiram e prenderam Joaquim junto ao filho Ivan Seixas, que assistiu o pai ser torturado até a morte. Ivan, que vi chegar acorrentado à Justiça de menores de SP para prestar depoimento, em abril de 1971, é jornalista e hoje coordena a Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo. Sua mãe, Funny, e as irmãs Ieda e Lara também foram presas e tiveram a casa saqueada.



Do cinema para a memória

O cinema perdeu o cineasta do tempo e da memória Alain Resnais (foto). Ele morreu em março deste ano, em Paris, aos 91 anos, mas deixou para a humanidade obras primas como os longas-metragens "Noite passada em Marienbad" e "Hiroshima meu amor". Devo a Resnais a oportunidade de destinar seu curta-metragem "Van Gogh" a palestras que realizei pelo Brasil afora, de 1956 a 1972, para formação cinematográfica.

Adufg pede intimação do reitor

A Adufg Sindicato requereu a intimação do reitor da UFG para cumprir a decisão do TRF 1ª Região, que determina a incorporação nos vencimentos, proventos e pensões de seus filiados, das parcelas dos quintos, decorrentes do exercício de cargos de direção e de chefia no período entre 09 de abril de 1998 e 04 de setembro de 2001. A ação é do escritório Silva e Dias Advogados.

Fraude científica

A UFMT exonerou em janeiro o professor Denis Lima Guerra por fraude científica. Em 2011, o doutor da Engenharia Química teve 11 artigos desqualificados pela editora de revistas científicas Elsevier. Ele e coautores foram acusados de falsificar dados publicados.

Aliás

O número de artigos desqualificados por fraude cresceu dez vezes de 1975 para cá. Ano passado, levantamento da base de dados PubMed mostrou que invenção e manipulação de experimentos, plágio e dupla publicação são cada vez mais recorrentes.

Repúdio

Em pleno aniversário dos 50 anos do golpe que instaurou a ditadura militar, o governo de Goiás foi manchete nacional pela iniciativa de entregar à PM a administração de 19 escolas estaduais. A Faculdade de Educação publicou nota de repúdio.

Contracheques com erros

Professores aposentados e pensionistas que recebem RT tiveram o reajuste da segunda parcela da Lei 12.772, pago em março de 2014, calculado incorretamente. Alguns receberam valores inferiores ao devido. Outros receberam a mais. O erro ocorreu em várias universidades federais. Após acionamento da Adufg Sindicato, a Coordenação Financeira de Pessoal da UFG informou que professores que sofreram essas diferenças terão valores alterados e retroativos já na folha de pagamento do mês de abril.

Mais um capítulo dos 3,17%

A Adufg Sindicato conseguiu impedir, em julgamento recente, sentença que excluía da base de cálculo dos 3,17% os valores da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) – recebida por todos os docentes entre julho de 1998 e abril de 2008 – e do Adicional de Gestão Educacional (AGE) – pago a quem exerceu CD entre 1998 e 2000, e FG, de 1998 a janeiro de 2002. O que foi pago até agora aos filiados, a título dos 3,17%, não havia contemplado o valor da GED e do AGE, que somam diferenças significativas.

Aguardamos

Outro ponto impugnado pela Adufg Sindicato foi a questão da limitação dos cálculos até janeiro de 2002, já que defendemos que o reajuste deve ser limitado até abril de 2006. Neste caso, a entidade ingressará com recurso especial, tendo em vista o fato de haver decisão do STJ transitada em julgado.

ATENÇÃO FILIADO - O novo horário de atendimento do Departamento Jurídico da Adufg Sindicato: quintas-feiras, das 8 horas às 12 horas, e das 13 horas às 15 horas.

Adufg
SINDICATO

17ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Rosana Maria Ribeiro Borges
Presidente

José Wilson Nerys
Vice-presidente

Elias Nazareno
Diretor Secretário

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Beneval Rosa
Diretor Administrativo

Flávio Alves da Silva
Diretor Adjunto Administrativo

Antônio César de Oliveira
Diretor Financeiro

Lucilene Maria de Sousa
Diretora Adjunta Financeira

Carlos Alberto Tanezini
Diretor para Assuntos dos
Aposentados e Pensionistas

Rui Yamada
Diretor Adjunto para
Assuntos dos Aposentados e
Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO
DOS DOCENTES DAS
UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III - Nº 13
MARÇO/ABRIL DE 2014
Editor e idealizador do projeto
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Projeto gráfico e diagramação
Cleomar Nogueira

Repórter
Frederico Oliveira

Publicação mensal

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Flexgráfica

Contato
jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila
Nova - Goiânia - Goiás

Fone: (62) 3202-1280
Produção e edição
Assessoria de Comunicação
da Adufg Sindicato

Saudosismo ao golpe militar: ameaça aos direitos humanos

Vilma de Fátima
Machado*

Ivan Oliveira
Vaz **

Um crescendo de revolta e de inconformidade com as forças que no Brasil seriam as responsáveis pela ordem pôde ser identificado nas manifestações que tomaram o país ano passado. Entretanto, apesar de colocar em evidência o despreparo da polícia e as insuficiências de uma democracia ainda capenga, nesse meio tempo também houve quem manifestasse a vontade de instituir a autoridade absoluta da força, num inconveniente saudosismo do golpe militar. A seguir, um esboço para compreender o sentido dessa divisão e, por fim, a ameaça que isso implica aos direitos humanos.

Antes de mais, uma recapitulação. No início das jornadas de junho, as manifestações mais expressivas em São Paulo e no Rio de Janeiro foram deflagradas pela violência policial. Foi o resultado direto de uma violência surpreendentemente estúpida, mesmo que julgada pelos padrões da ação da Polícia Militar, e isso justamente porque essa polícia se mostrou incapaz sequer de fazer de conta que a corporação dispõe de outros meios que não a brutalidade pura e simples. Tão acostumados a agir como homens invisíveis, os policiais se permitiram esquecer que uma câmera é um olho mais difícil de fechar. Mas, do lado dos espectadores, poucos quiseram raciocinar que nem toda violência havia atingido as câmeras, e que portanto ela não se dava a ver completamente nesse estreito recorte midiático. Graças à arte da edição, a inversão não tardou. Desde junho de 2013, derivaram forças diversas nesse campo, tendo-se restabelecido, ao fim de uma batalha mais ou menos previsível em seus resultados, a musa Justiça no pedestal da República – com o efeito claramente nocivo de fazer pender a sua balança drasticamente para o lado da mentira de uma fantasiosa ordem social. A opinião pública finalmente capitulou diante da alardeada necessidade de reinstaurar a ordem, sobretudo após o episódio trágico da morte do cinegrafista da Band, Santiago Andrade, mobilizada com astúcia pelos interessados em conter o “caos”. E abriu-se então uma brecha para os tribunais de exceção: os alquimistas da jurisprudência, preocupados com a eternidade de nossa ordem áurea, propuseram-se metamorfosear toda violência do Estado em justiça, e, por esse mesmo passe de magia, converter toda violência dos manifestantes em crime da mais alta gravidade, mesmo que para isso fosse necessário “ultrapassar” a Constituição. Prometendo não poupar esforços nem recursos [tudo aquilo que parece absolutamente escasso num país travado pela lentidão com que se arrastam os processos no judiciário], eles desenharam um projeto securitário perfeito [por exemplo, com a criação da Ceprajud em São Paulo], não houvesse entretanto o porém suscitado pela dúvida quanto a saber a quem ele protege e do quê.

Por esse breve relato, não é difícil perceber o que resta da ditadura no Brasil: o bastante. Isso não significa de forma alguma dizer que conservaram-se, sob formas camufladas, o AI-5 e a censura – felizmente, páginas viradas de sua história. No entanto, o enlace de medidas de emergência econômica e de situações de exceção jurídica, intimamente coordenadas, ainda dita os rumos da política nacional [e a Copa do Mundo não passa de mais um dentre tantos outros exemplos dessa parceria]. Diga-se de passagem, de forma muito mais presente do que seria salutar [se é que essa proporção benéfica existe]. À parte o fato de que o Congresso Nacional não funciona como deveria, o assombroso é que a ordem seja gerida no Brasil como o velho negócio de sempre: ela assume a forma especialíssima de uma administração da precariedade, tradição há muito instalada no País. E a Polícia Militar é o seu maior símbolo, é propriamente a sua efetivação, sendo reconhecidamente, nessa sua estrutura super-inflacionada, um dos principais “legados” da ditadura. Ela mesma arregimentação de trabalho precário e/ou precarizado, opera comumente pela brutalização desses homens que ela dispõe como meros soldados, expediente tanto mais eficiente na exata medida em que a sua tarefa seja a de impor

a brutalidade à “ralé”: nela, a despeito do que possam dizer em contrário, o despreparo para lidar com conflitos sociais é especialmente preparado. Seu papel é bem conhecido, e tem muito pouco a ver com a segurança pública – na melhor das hipóteses, um de seus efeitos colaterais, mas tão precário quanto a matéria a que ela se destina. Trata-se sim de assegurar que as velhas divisões que atravessam o Brasil possam perpetuar-se.

O que não deixa de responder aos anseios de uma parcela da população, de um lado, por encontrar apoio nos poucos capazes de subtrair-se à roda viva, os felizes habitantes da outra margem do rio [próxima, e no entanto inalcançável], de outro, porque embaixo espremem-se, uma contra a outra, uma classe média e uma classe emergente, ciosas de conservarem suas respectivas posições na hierarquia social bem como suas perspectivas de ascensão. Do lado daqueles que acabam por se transformar no juguete das propagandas de ordem pública, tem-se homens particularmente vulneráveis a esse tipo de manipulação barata uma vez que o sentimento de impotência tenha sido incutido neles com o agulhão do desengano. A esse contingente de desesperados e de iludidos, acudados na mesquinha do alpinismo social, convém sempre a retórica do sacrifício, que redundante, para os bem-nascidos, no ramerrão das finanças e

do que elas exigem para prosseguir a sua marcha: são os ouvintes perfeitos das fábulas da divisão, sendo a mais eficaz precisamente a que discrimina a nação em cidadãos de bem e bandidos – dispensando-se dizer, segundo a sua opinião, quem deve ser extirpado. Ao invés de política, temos um show de crueldades alternado com a outorga patriarcal de benesses, espetáculo que é como o sol do meio-dia pelo qual o cidadão regula o seu relógio. Simpáticos a toda demonstração pública daquilo que eles aprenderam a chamar de justiça – o que na verdade não passa de uma retribuição severa, suposta garantidora de que tudo vai bem porque alguém foi punido pela indesejada perturbação do estado atual de coisas –, não admira que alguns fiquem fascinados pela “justiça feita com as próprias mãos”: é o índice inequívoco da impotência, redobrada nos equívocos de sua resposta. Sintomas do sequestro da política, que no Brasil, desde a ditadura, perdeu quase que completamente o caráter de dimensão primordial do encaminhamento das expectativas humanas, para usar a fórmula do professor Paulo Arantes. Que, no vocabulário político nacional, “ordem pública” e “justiça” sejam praticamente sinônimos de “silêncio” [ou melhor, de “silenciado”], isso não é nada mais que a ferida aberta pela violência militar, ferida que a instituição policial nunca permitiu que cicatrizasse. E o direito vai acusando aí uma corrosão que ameaça seu significado mais básico, de outra maneira, reduzido a uma casuística caduca. Sem atinar para o que possa ser uma verdadeira agenda política, em breve já não se saberá o significado de direito, e muito menos de humano: acumular-se-ão, no anonimato daqueles que o Estado sistematicamente ignora, os perfis dos homens e mulheres atropelados pela

máquina de exceções jurídicas e emergências econômicas; Amarildos e Cláudias, empilhados como material descartável, nada mais serão que os acidentes de percurso de uma nação que, espera-se, encontrará sozinha o seu rumo [e há quanto tempo já esperamos mesmo?]. Insistir na só via do direito não parece suficiente, sendo ela constantemente suspensa, quando assim o exigem circunstâncias “mais importantes”. Neste ano a instalação da ditadura militar completa 50 anos, a Comissão da Verdade conclui seu relatório, teremos eleição para presidente, e também sediaremos a copa do mundo. Talvez também possamos, nesse ano tão carregado de oportunidades para reflexões, ser afetados por um desejo de decidir para onde queremos caminhar. Sem uma discussão ampla de quais são nossas prioridades políticas, o direito mais e mais se transformará num artigo supérfluo.

* *Historiadora, professora-pesquisadora da Faculdade de Direito e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos (NDH-UFG) - vilmafmachado@gmail.com*

** *Filósofo e pesquisador-colaborador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos (NDH-UFG) - ivan.oliveira.vaz@hotmail.com*

“ À parte o fato de que o Congresso Nacional não funciona como deveria, o assombroso é que a ordem seja gerida no Brasil como forma de uma administração da precariedade, tradição há muito instalada no País. E a Polícia Militar é seu maior símbolo, sendo um dos principais legados da ditadura ”

Assembleia define comissão eleitoral e detalhes da sucessão na Adufg Sindicato

Eleição da nova diretoria da entidade será realizada no dia 7 de maio

Professores filiados foram convocados, em março, para eleição da diretoria da Adufg Sindicato – mandato 2014/2017 – que será realizada no dia 7 de maio. As chapas concorrentes protocolaram seus registros no dia 7 de abril. A comissão eleitoral foi eleita no dia 02 de abril, em assembleia, que também decidiu questões relacionadas ao pleito.

Foram eleitos os professores João Batista de Deus (Iesa), Igor Kopcak (EMC), Alexandre Aguiar dos Santos (Direito – Regional Goiás), Márcio Penna Corte Real e Marcos Correia da Silva Loureiro (ambos da FE) para os trabalhos da comissão que, de acordo com o Artigo 54 do Estatuto da Adufg Sindicato, “coordenará o processo eleitoral, de conformidade com este Estatuto e o Regulamento Eleitoral da Diretoria da entidade”.

R\$ 5 mil

A assembleia ainda decidiu que cada chapa terá direito a R\$ 5 mil para cobrir gastos com a campanha; dois boletins eletrônicos por semana, cujo conteúdo será definido pelas chapas concorrentes, com envio sob responsabilidade da assessoria de comunicação da entidade; uma mala direta impressa para divulgação das cartas programas; três mil fotocópias; re-



Frederico Oliveira

Docentes filiados participam de assembleia que definiu, dentre outros pontos, a comissão eleitoral

serva do Espaço Cultural, de Lazer e Saúde para reuniões e eventos de campanha, respeitando-se as agendas costumeiras, como o ensaio do Coral Vozes da Adufg e as reuniões do Grupo Travessia – Aposentados da Adufg; reserva da Sede Campestre, em dias úteis, para reuniões e eventos das chapas e um número especial do **Jornal do Professor** em abril, que destinará espaço à comissão eleitoral e igual espaço às chapas concorrentes, para que divulguem suas propostas.

A assembleia decidiu também encaminhar à comissão eleitoral alguns

pontos complementares ao Regulamento Eleitoral da diretoria da Adufg Sindicato, em sua maioria omisso no texto, sendo eles: os professores da ativa que não constarem na lista dos votantes, e que estiverem aptos a votar, poderão votar em separado nas suas respectivas unidades acadêmicas; os debates solicitados pelas unidades acadêmicas terão a participação de todas as chapas concorrentes; as apurações dos votos em Jataí, Cidade

de Goiás e Catalão ocorrerão nas respectivas cidades; haverá definição clara de quem pode ou não acompanhar o processo de apuração dos votos; as ocorrências de cada urna serão apuradas antes da abertura individual das mesmas; após o pleito eleitoral, será instituída uma comissão de transição da direção executiva da entidade.

A solenidade de posse da nova diretoria será realizada no dia 27 de junho, antes da realização do Quintart, no Espaço Cultural, de Lazer e Saúde da Adufg Sindicato.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ADUFG SINDICATO - DEZEMBRO/2013

Prest. de Contas - Adufg Sindi. do mês 12.2013	Valor R\$				
1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		2.2.12- Vigilância e Segurança	651,70	2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	2.962,05
1.1- Contribuição Filiados - Mensalidades	404.608,61	2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	2.000,00	2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	19.257,79
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	10.364,00	2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00	2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	5.742,22
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.440,19	2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00	Total R\$	29.011,79
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00	2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	1.701,52	Total Geral dos Custos e Desp. Operacionais R\$	213.420,04
1.5- Outras Receitas	2.674,45	2.2.17- Água e Esgoto	523,44	3- Resultado do exercício 12.2013 (1-2)	205.667,21
1.6- Resgate de aplicações financeiras	0,00	Total R\$	23.103,13	4- Atividades de Investimentos	
Total R\$	419.087,25	2.3- Despesas Gerais		4.1- Imobilizado	
2- Custos e Despesas Operacionais		2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	1.371,77	4.1.1- Construções e Edificações	35.058,65
2.1- Despesas com Pessoal		2.3.2- Despesas com Coral	2.042,14	4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
2.1.1- Salários e Ordenados	22.576,88	2.3.3- Diária de Viagens	336,30	4.1.3- Veículos	0,00
2.1.2- Encargos Sociais	54.509,41	2.3.4- Tarifas Bancárias	161,38	4.1.4- Móveis e Utensílios	2.600,00
2.1.3- Seguro de Vida	293,03	2.3.5- Lanches e Refeições	632,00	4.1.5- Computadores e Periféricos	0,00
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	2.358,26	2.3.6- Quintart	1.756,83	4.1.6- Outras Imobilizações	0,00
2.1.5- Ginástica Laboral	678,00	2.3.7- Patrocínios e doações	1.400,00	Total R\$	37.658,65
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	1.067,09	2.3.8- Manutenção de Veículos	75,00	4.2- Intangível	
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	13.380,59	2.3.9- Festa/Reuniões e Greves	9.921,32	4.2.1- Programas de Computador	0,00
Total R\$	94.863,26	2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	0,00	Total R\$	0,00
2.2- Serviços Prestados por Terceiros		2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	321,60	Total Geral dos Investimentos R\$	37.658,65
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.324,84	2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	2.517,99	5- Resultado Geral do exercício 12.2013 (3-4)	168.008,56
2.2.2- Despesas com Correios	1.073,94	2.3.13- Hospedagens Hotéis	0,00	Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa	
2.2.3- Energia Elétrica	1.338,05	2.3.14- Material de expediente	472,99	Regime de caixa é o regime contábil que apropria as	
2.2.4- Honorários Advocatícios	2.187,50	2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	15.029,68	receitas e despesas no período de seu recebimento	
2.2.5- Honorários Contábeis	4.068,00	2.3.16- Outras despesas diversas	10.311,95	ou pagamento, respectivamente, independentemente	
2.2.6- Locação de Equipamentos	450,00	2.3.17- Manutenção e Conservação	1.387,57	do momento em que são realizadas.	
2.2.7- Serviços Gráficos	3.400,00	2.3.18- Homenagens e Condecorações	399,90		
2.2.8- Honorários de Auditoria	985,00	2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	823,42		
2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	1.639,14	2.3.20- Desp. com curso de inf. para aposent.	380,00		
2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	540,00	2.3.21- Desp. com construção Sede Campestre	17.100,02		
2.2.11- Hospedagem e manutenção de site	220,00	Total R\$	66.441,86		
		2.4- Despesas Tributárias e Contribuições			
		2.4.1- PIS s/ Folha de Pagto.	1.049,73		

PENSAMENTO

Movimentos sociais de protesto são tendência

O futuro está nas mobilizações populares espontâneas, vê professora do Mestrado Interdisciplinar em Direitos Humanos

O direito, que só reconhece o que é legal ou ilegal; a política, que trabalha na perspectiva de governo versus oposição; e o mercado, do lucro ou do prejuízo; são sistemas fechados que não dão conta das complexidades sociais.

Por isso, temas importantes da vida em sociedade acabam abandonados ou deixados de lado. A união entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, uma demanda desde a Grécia Antiga, não é reconhecida pela política.

Os movimentos sociais de protesto, que nunca ocorreram tanto, fermentam essas demandas e as tornam debate público. “O futuro está nos movimentos sociais de protesto; questionam tudo o que ficou à deriva”, diz a professora do Mestrado Interdisciplinar em Direitos Humanos, Fernanda Busanello Ferreira (*foto*).

“A sociedade se movimenta a partir da comunicação e esses movimentos estimulam a comunicação. Sempre trazem temas como novidades que são discutidas em uma mesa de bar e, eventualmente, na política ou no direito”.

Após as manifestações de 2013, em qualquer lugar do Brasil há sempre quem tenha opinião a respeito de passe livre, transporte público e acessibilidade. “Passa a ser importante. Esse é o papel dos movimentos sociais, fazer essa revolução semântica”, diz Fernanda.

A professora, pós-doutoranda do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos (NDH-UFG), tentou entender na tese de doutorado que defendeu em 2013, na UFPR, se os movimentos sociais de protesto podem transformar o direito e a política.

“Não. Podem trazer temas e pode ser que esses temas sejam ou não relevantes”, ressalta. A política e o direito, defende, podem eventualmente ouvir o movimento, mas não existe interferência de um sistema no outro.

“Se isso acontecesse (interferência direta), seria caótico, viveríamos uma instabilidade muito grande. Então esses sistemas mantêm uma certa estabilidade e um certo diálogo com os outros sistemas. Porque, se for só estável, não se adapta, não se transforma de acordo com a sociedade”.

E, claro, não há democracia.

Para Fernanda, democracia é quando há excesso de possibilidades, é a abertura para o novo. Nesse sentido, uma ditadura bloqueia possibilidades porque reduz as diferenças.

“A grande revolução dos movimentos de protesto não é essa de sair na rua e quebrar tudo. Essa é apenas uma estratégia. Os movimentos exitosos são aqueles que conseguem usar bem as estratégias. Um escândalo, transgressões morais ou jurídicas, atualidades, tudo o que potencializa a comunicação”, diz.

É preciso democra

No contexto do aniversário dos 50 do golpe militar no Brasil, **JP** traz entrevista especial com o prof

Daniel Aarão Reis, da Universidade Federal Fluminense (UFF), participou da luta armada contra a ditadura no Brasil. Foi integrante de grupos revolucionários de esquerda. Ajudou, dentre outras ações, a articular o sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, em 1969, e foi um dos presos trocados pelo embaixador alemão Ludwig Von Holleben, em 1970. Preso e torturado no Rio de Janeiro, foi banido do País. Formou-se em História em Moçambique. Nesta entrevista, elaborada pelo professor da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, Pedro Célio Alves Borges, Aarão fala do apoio civil ao golpe e aos governos ditatoriais, da vida democrática brasileira, da separação entre a experiência militante e docente, do papel da universidade no processo democrático e mais. O professor carioca esteve em Goiânia em março, para lançar seu último livro "Ditadura e democracia no Brasil" (Zahar).

Pedro Célio Alves Borges – Vamos caracterizar este período que se iniciou em 1964. Qual é o fundamento histórico para diferenciar as expressões 'ditadura militar' e 'ditadura civil-militar'?

Daniel Aarão Reis Filho – Com a expressão "ditadura civil-militar" não pretendo e nunca pretendi ocultar ou diminuir a importância dos militares. Os militares foram protagonistas, sempre, do

ponto de vista da ditadura que nós conhecemos no Brasil a partir de 1964. É óbvio isto. Todos os presidentes ditadores eram generais. Enquanto ela durou, as notícias referentes ao Exército, Marinha e Aeronáutica tinham um destaque considerável. Nunca os militares foram tão aquinhoados com verbas e mordomias. No entanto, me parece que a expressão "ditadura militar" foi um recurso da política. As esquerdas e as forças progressistas que começaram a lutar contra a ditadura criaram este termo "ditadura militar" – e foi um recurso político legítimo – para isolar os militares no controle do poder. Na luta política você quer isolar o seu adversário, e muitas vezes cria nomes, expressões que depois podem eventualmente não te ajudar a compreender o processo histórico. Era perfeitamente legítimo na luta política se chamar a ditadura de militar, porque se isolava do contexto da sociedade, porém a verdade é que desde o início, as evidências são muito claras, houve uma intensa participação civil na vitória da ditadura e depois na sustentação da ditadura até seu fim. Isto precisa ser ressaltado. O termo ditadura militar não ajuda a pensar a ditadura como um complexo de forças que realmente existiram enquanto ela durou. Então a expressão que tinha sido no início um recurso da luta política acabou servindo, do ponto de vista da compreensão do processo, como um fator de desconhecimento. E o paradoxo é que o recurso que foi criado por forças de esquerda acabaria usado amplamente por forças de direita que desejaram e desejam até hoje ocultar ou minimizar a sua participação no processo de construção da ditadura.

Pedro Célio – Então não se trata de preciosismo terminológico ou conceitual?

Daniel – De modo nenhum. A meu ver, esta não é uma questão acadêmica, nominalista, é uma questão que abre novos horizontes para estudar a ditadura. Na preparação do golpe atuaram com grande intensidade lideranças civis, eclesásticas, políticas e empresariais. Parecia que apenas no nível das elites houve uma participação civil importante. No entanto, em todas as capitais dos estados da federação e muitas cidades intermediárias houve marchas da Família com Deus pela Liberdade. E este movimento de massas nunca foi devidamente estudado, explicitado e compreendido. Há artigos e estudos feitos, por exemplo, sobre a OAB, sobre a ABI, a CNBB, veneráveis instituições que apoiaram a ditadura no seu início e depois mudaram. Ou seja, o que se quer é estudar o que eu chamo de as complexas relações entre a sociedade e a ditadura no Brasil. Não quero dizer, nunca disse nem nunca direi que a sociedade apoiou unanimemente a ditadura. Sempre houve oposições, elas foram consistentes e foram crescendo ao longo do tempo. Porém, a ditadura teve apoio, teve cumplicidade. E para além de apoios e oposições – houve aqueles que resistiam, eram muitos poucos, havia aqueles que apoiavam fanaticamente o regime, não eram menores que os resistentes, mas também não eram tantos – havia no meio o que se chamou de "zonas cinzentas", que é um território onde você encontra gente que muda de lado a toda hora, que é a favor, ou contra, que é indiferente, ou que é ambivalente. Uma coisa que parece paradoxal, mas existe muito. Uma pessoa que diz que é a favor mas é contra ao mesmo tempo, apoia a ditadura porém é capaz de esconder o revolucionário por razões familiares ou afetivas, apoia mas tem críticas. No Brasil existe uma famosa expressão que é "não sou a favor nem contra, muito pelo contrário", que diz um pouco da coisa.

Pedro Célio – A partir deste pensamento de que a base civil era forte e constante, o regime foi um período legítimo?

Daniel – Não, eu acho que a ditadura adquiriu uma certa legitimidade política em muitos segmentos da sociedade, mas isto não quer dizer que ela não foi uma ditadura. A ditadura se configura quando existe um Estado de exceção, um Estado no qual o governo faz e desfaz leis a seu bel prazer, e garante isto através da força. Então nós tivemos uma ditadura clara no Brasil a partir de 1964. Esta situação durou até 1979. Primeiro de janeiro de

Daniel Aarão, em Goiânia: "Os russos têm um provérbio que diz 'não acredite na testemunha ocular da história'. Eu fui uma testemunha ocular da história e, a princípio, caso o provérbio seja observado, não se deve acreditar em mim. Eu diria que é preciso desconfiar muito de mim, assim como de todos os pensadores da história"



Macloys Aquino

titizar a democracia

essor de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF), Daniel Aarão Reis Filho

1979 os AIs deixaram de vigorar, então aí para mim houve um período que eu chamo de transição democrática, porque desembocou no reestabelecimento da democracia em 1988, com a nova Constituição. Não foi com o José Sarney, quando assumiu a presidência, que a transição terminou. Eu questiono esta cronologia existente que dá a ditadura terminada em 1985, porque em 1985 não houve nenhuma mudança relevante institucional, apenas um civil assumiu a presidência e por ironia amarga, este civil foi um homem da ditadura todo tempo. Só no final, já depois da ditadura acabada, nos anos 1980, ele migrou para posições de oposição à ditadura e favoráveis ao reestabelecimento da democracia. Fixar um marco cronológico em 1985 é privilegiar a ideia de que a ditadura foi apenas militar.

Pedro Célio – O senhor é um pesquisador, mas também foi um combatente contra o regime. Como exercita hoje essa dupla condição?

Daniel – Eu fui militante da luta armada contra a ditadura, fui preso, torturadíssimo. No exílio tomei outros rumos, me formei historiador, comecei a trabalhar como historiador em Moçambique. Foi um momento muito importante para mim, porque comecei a refletir sobre o passado. Eu e muitos outros ex-revolucionários fomos reelaborando o passado e compreendendo que a luta armada revolucionária era um projeto que não encontrava respaldo na sociedade brasileira. E fomos migrando em direção a outras concepções que valorizam as referências democráticas. Continuo me considerando um socialista, mas acho que é preciso transformar o Brasil através de métodos democráticos e não através do recurso à força. Esse meu passado cria um problema para eu analisar o período da ditadura. É sempre problemático fazer análise histórica e política de um período que você viveu. É preciso uma vigilância muito grande para não se deixar tomar pela militância política na história. Muitas vezes, militantes políticos, ao quererem pensar a história, acabam ocultando certas evidências que trazem problema para suas concepções e enfatizando outras que não trazem. Eu já há muitos anos não tenho nenhuma militância político-partidária, isso de certo modo me ajuda, mas não me deixa imune, de modo nenhum, às ciladas da memória. Os russos têm um provérbio que diz “não acredite na testemunha ocular da história”. Eu fui uma testemunha ocular da história e, a princípio, caso o provérbio seja observado, não se deve acreditar em mim. Eu diria que é preciso desconfiar muito de mim, assim como de todos os pensadores da história, mas em



Macloys Aquino

Pedro Célio, da FCS, elaborou as questões que exploraram o pensamento de Daniel Aarão

particular daqueles que a viveram. Sou muito consciente dessas limitações e desses condicionamentos, e acho que isso me ajuda a lidar com eles, mas não me imuniza das ciladas que eles suscitam.

Pedro Célio – Que marcas a prisão, a tortura e o exílio lhe deixaram?

Daniel – Eu consegui lidar bem com essas marcas. Embora seja uma experiência muito traumática, me esforcei

“ A democracia, em toda parte que existe, é uma construção muito lenta, complexa, ziguezagueante. A gente tem que ter paciência com a democracia, o que não quer dizer passividade em relação a suas lacunas e deficiências. Agora, querer atalhos, resolver essa situação num piscar de olhos, com salvadores da pátria, é inútil ”

e investi muito em lidar com essa experiência e não cultivar ódios ancestrais, desejos de vingança. É claro que o ofício de historiador me ajuda muito e estou nele há décadas, tentando não julgar os atores sociais e antes de tudo compreendê-los, explicar e interpretar seu comportamento. Elas permanecem, inegavelmente, mas não como trauma. Tenho superado os efeitos negativos que essas experiências deixam no coração e na cabeça.

Pedro Célio – Como o senhor vê as manifestações políticas atuais da sociedade brasileira, a natureza das reivindicações, as formas de organização, a ausência de nitidez ideológica ou de projetos, comparadas ao período que antecedeu o golpe de 1964?

Daniel – As conjunturas são inteiramente diferentes, a única semelhança é que estão na rua protestando. A conjuntura pré-64 se destaca com muita força na história republicana brasileira não apenas porque ali houve movimentos sociais inéditos em nossa história, mas porque houve embates de projetos de Brasil, de construção de sociedade brasileira, de organização do Estado, de inserção internacional do Brasil, com todas as nuances em cada campo. Os movimentos de 2013 não comportaram em nenhum momento um projeto estruturado alternativo para o País. São um movimento importantíssimo que evidencia a vitalidade da sociedade brasileira, mas são mais de reivindicação e denúncia de determinados aspectos da política governamental. A pluralidade de sujeitos dentro do movimento, desde a extrema direita à extrema esquerda, também é singular na história brasileira, porque de um modo geral, quando se manifestavam, as direitas ficavam de um lado e as esquerdas de outro. Se a gente pudesse sintetizar o que houve de mais relevante nesses movimentos, ao meu ver, ressaltadas as nuances, foi que lutaram por um objetivo que é o de democratizar a democracia atual. Havia abertamente, com ângulos de direitas ou de esquerda, uma grande insatisfação com o desprezo com que o Estado brasileiro cuida da sociedade, com que trata os reclamos dos cidadãos, o desprezo com que lideranças políticas e sindicais lidam com reivindicações cotidianas dos trabalhadores. Ninguém subestima os avanços da democracia brasileira, houve uma mudança significativa a partir de 1988, a gente tem um Estado de direito democrático, porém com muitos cacos legados pelo tempo da ditadura. Um deles é exatamente esse: o desprezo das eli-

“ Minha esperança é que os debates sobre os 50 anos da ditadura contribuam para essa fermentação que está em curso desde o ano passado. Não se trata de substituir essa democracia frágil, lacunar e incompleta que a gente tem por uma nova ditadura. Se trata de aprofundar, democratizar a democracia que nós temos ”

(CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA)

(CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR)

tes políticas às reivindicações das bases sociais. A nossa democracia, apesar dos avanços, continua muito elitista e concentrada, e as pessoas percebem essas mordomias abomináveis que deputados, senadores, presidente da república, lideranças sindicais têm. A sociedade vê que vivem num mundo à parte. Penso que o grande desafio é elencar as reivindicações e criar um movimento de opinião pública forte, materializar um programa concreto que comece a ser agitado politicamente e que tenha incidência. 2014 é ano eleitoral, ano de cobrança, de agitação e discussão política. Minha esperança é que os debates sobre os 50 anos da ditadura contribuam para essa fermentação que está em curso desde o ano passado. Não se trata de substituir essa democracia frágil, lacunar e incompleta que a gente tem por uma nova ditadura. Se trata de aprofundar, democratizar a democracia que nós temos.

Pedro Célio – Em que períodos da história brasileira o senhor enxerga experiências democráticas?

Daniel – As tradições democráticas no Brasil são muito frágeis. Tivemos uma república instaurada de cima para baixo através de um golpe militar, uma primeira república extremamente elitista em que 0,5% ou 1% das pessoas participavam nas votações. Depois tivemos um período muito interessante entre 1930 e 1937, onde houve movimentos extremamente interessantes do ponto de vista da construção de uma democracia social estendida e ampla, também politicamente. A maior expressão desses movimentos foi a Aliança Nacional Libertadora (ANL), um movimento de massas criado no Brasil, que tinha um programa democrático nacional, no entanto houve também movimentos de direita, a Ação Integralista Brasileira (AIB), um movimento de direita muito forte. Então houve um choque

muito vivo, que foi desgraçadamente interrompido pela ditadura do Estado Novo. Mais oito anos de ditadura, com a tortura como política de Estado. Essa ditadura caiu para dar lugar a um regime democrático extremamente autoritário que prevaleceu até 1964. Na conjuntura anterior a 1964, que eu chamo a conjuntura mais rica da história da república brasileira, porque realmente pela primeira vez se viu movimentos sociais surgirem com protagonismo e desejarem participar politicamente da república. Grandes movimentos sociais massacrados, Revolta da Vacina, Contestado, Revolta da Chibata, Canudos, são grandes movimentos sociais mas que não têm um programa de participação nos negócios públicos. Pela primeira vez, antes de 1964, nessa conjuntura quentíssima, houve realmente um programa que visava conferir aos grandes movimentos populares um lugar certo na estruturação da república, abortado pela vitória do golpe de 64. Mais 15 anos de ditadura, nas minhas contas. Período de transição para a democracia, em 1988, e hoje nós vivemos uma democracia que traz esse passado. A democracia, em toda parte que existe, é uma construção muito lenta, complexa, ziguezagueante. Cultura democrática é algo que uma sociedade constitui ao longo de muito tempo. A gente tem que ter paciência com a democracia, o que não quer dizer passividade em relação a suas lacunas e deficiências. Temos que compreender os problemas da democracia no Brasil, porque traz uma herança de décadas de irrelevância de tradições democráticas. Nossas tradições democráticas até 1988 são muito pouco robustas e isso marca evidentemente a constituição democrática brasileira. Agora, querer atalhos, resolver essa situação num piscar de olhos, com salvadores da pátria, é inútil.

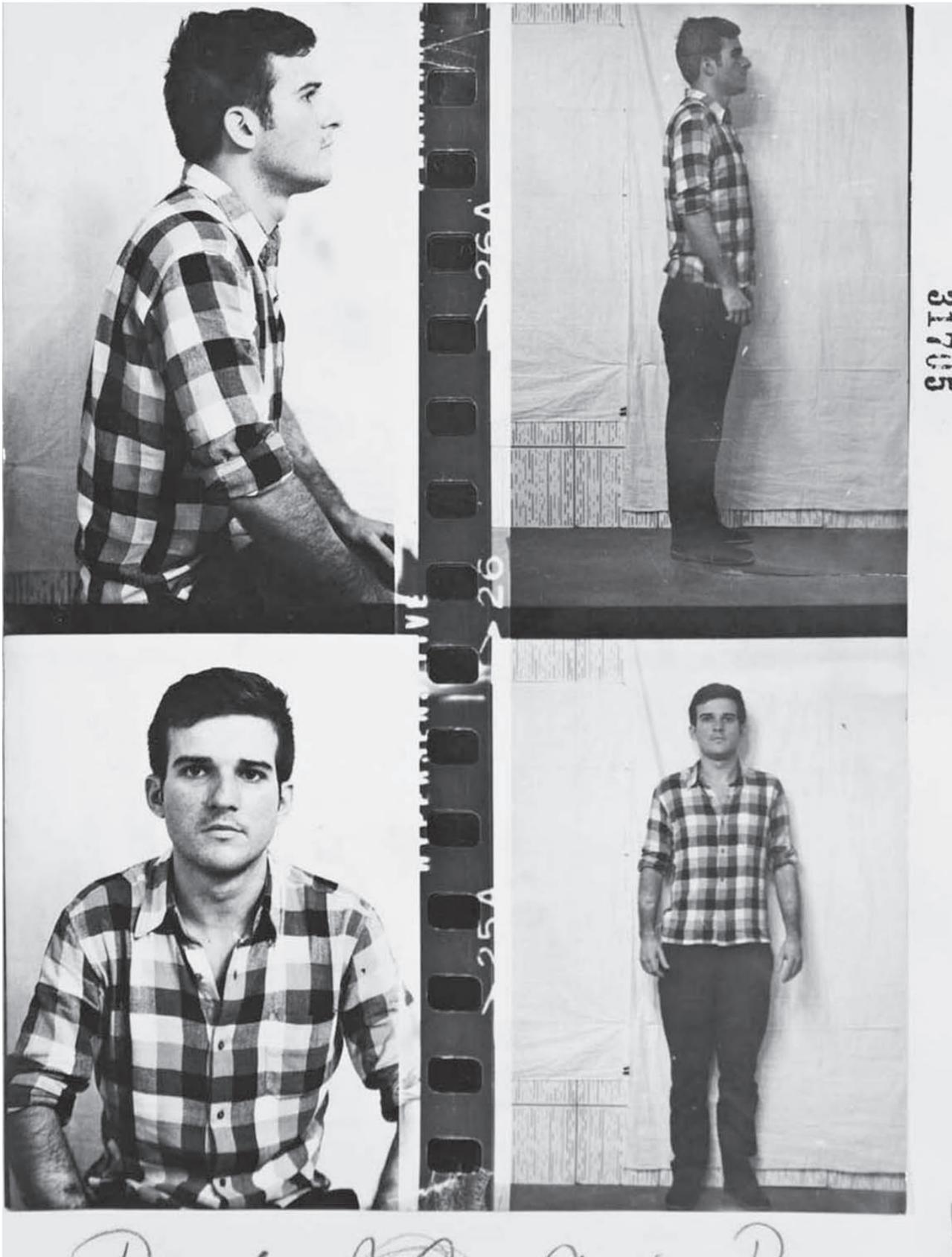
Pedro Célio – Qual o papel da universidade e da ciência para que nosso modelo de desenvolvimento realize justiça social e soberania do País?

Daniel – A universidade tem um papel importante nesse processo, mas não é um papel decisivo. A decisão está na mão dos grandes atores sociais, os trabalhadores da cidade, do campo, das classes médias. A universidade pode servir como fermento, mas tradicionalmente é um corpo mais conservador que revolucionário. Mas tem desempenhado em algumas conjunturas, como aqui no Brasil, esse papel de estímulo, sobretudo os cursos das chamadas ciências humanas, onde pensamos a sociedade, a história do Brasil, do mundo. Seria uma força auxiliar no processo de transformação.

JP – Que instituições representam esses grandes atores?

Daniel – Como em toda parte do mundo, são os trabalhadores urbanos e rurais, são a grande massa da população. E as classes médias brasileiras, que tem crescido muito e onde se encontram também trabalhadores. São massas que perfazem 90% da população. Os sindicatos, os partidos políticos são as suas instituições, as ordens de médicos, advogados, as ONGs.

Revista Zum 20.03.2013



Daniel Aarão com pouco mais de 20 anos, em 1970, no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), no Rio de Janeiro: marcas de tortura nos braços. A fotografia consta do arquivo do Serviço Nacional de Informações (SNI), publicada recentemente pela Revista Zum, graças a Lei de Acesso à Informação (LAI)

O que muda com a nova lei da carreira

O **JP** editou perguntas frequentes dos docentes e preparou respostas sobre o que muda na carreira a partir da Lei 12.863/13, que altera a Lei 12.772/12

A informações foram prestadas pelo Proifes-Federação, responsável pelas negociações e pela assinatura do acordo que geraram as mudanças com o governo. Docentes tiveram a segunda parcela do reajuste no contracheque de 1º de março. É a segunda parcela do aumento – a primeira ocorreu em 2013 e a terceira será em 2015. A carreira do magistério superior continua com o regime jurídico instituído pela Lei 8.112 de 1990 e pelas regras da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Como a nova carreira se organiza?

Classe A – Auxiliar – 2 níveis (ou tempo do estágio probatório, caso o docente seja mestre ou doutor, já que, depois do probatório, é promovido para a classe de assistente – se mestre – ou adjunto – se doutor).

Classe B – Assistente – 4 níveis
Classe C – Adjunto – 4 níveis
Classe D – Associado – 4 níveis
Classe E – Titular

A nova lei altera a autonomia universitária?

Não. Permanece o previsto no Artigo 207 da Constituição Federal. A nova lei remete às Ifes a definição de pontos que essas devem definir de acordo com as suas realidades ou necessidades. As regras de progressão e promoção que continuam sendo regulamentadas pelos conselhos competentes das Ifes.

Como a nova carreira se organiza?

A lei não alterou o quadro, que continua composto pelos cargos efetivos, professores visitantes, professores visitantes estrangeiros e professores substitutos, cuja contratação, autorizada pelo dirigente da Instituição, está “condicionada à existência de recursos orçamentários e financeiros”. O professor visitante (brasileiro ou estrangeiro) deve ter reconhecido renome em sua área profissional atestado pelo conselho superior.

O que é o cargo de Titular-livre?

Não é a classe “Titular”, vinculada ao cargo de “Professor do MS”. É um cargo de provimento efetivo que equivale ao antigo cargo de “Titular”. O acesso ao cargo ocorre com aprovação em concurso público de provas e títulos, que exige, além do título de doutor, dez anos de experiência ou de obtenção do título, ambos na área de conhecimento exigida no concurso. A UFG já regulamentou o ingresso do professor no cargo de Titular-Livre (Resolução Cepec-Consuni 02/2013).

Como funciona a progressão?

O professor pode progredir quando cumprir 24 meses de exercício em cada nível e for aprovado em avaliação de desempenho. Sem o título de doutor, o professor pode progredir até a classe C (Professor Adjunto). O docente sem o título de doutor na classe C terá o VB de Adjunto e a RT equivalente à sua formação (graduado ou mestre). A promoção à Classe D (Professor Associado) exige o título de doutor, juntamente com a aprovação em avaliação de desempenho, com critérios definidos em cada universidade.

Como é a promoção a Professor Titular?

Além do interstício mínimo de 24 meses no último nível da Classe D (Professor Associado), o docente deve possuir o título de doutor, ser aprovado em processo de avaliação de desempenho, ter aprovação de memorial considerando as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou defender tese acadêmica inédita. O processo de promoção será conduzido por comissão avaliadora composta por 75% de professores externos à IFE, que deverão ser doutores e estar na classe Titular (ou equivalente), lotados em instituição de ensino da mesma área de conhecimento do candidato. Esta promoção ainda não foi regulamentada pela UFG, assunto que é pauta da atual diretoria da Adufg Sindicato.

Como é composto nosso salário?

O salário é composto pelo Vencimento Básico (VB) e pela Retribuição por Titulação (RT), além de outras verbas de natureza pessoal já incorporadas, a exemplo dos anuênios e das vantagens pessoais nominalmente identificadas (VPNI). A antiga Gratificação Específica do Magistério Superior (Gemas) foi incorporada ao VB.

O que muda na vida do aposentado?

A lei garante os mesmos direitos dos que estão na ativa. Aposentados possuem paridade com os da ativa, uma vez que tiveram os mesmos índices de aumento e recebem o mesmo VB e a mesma RT de quem ainda não se aposentou. Com a incorporação da Gemas ao VB, houve um aumento relativo no total da remuneração, que implica em ganho salarial, uma vez que as vantagens pessoais incidem sobre o VB. A lei garante também que o docente aposentado pode ser nomeado para cargo de direção ou designado para função gratificada da administração, respeitado o limite de 10% do total de cargos e funções da instituição.

O que muda no regime de trabalho?

Nada. Permanecem as 40 horas semanais com Dedicção Exclusiva (DE) ou tempo parcial de 20 horas. Conforme já ocorria, o regime de 40 horas semanais sem dedicação exclusiva é excepcional e relacionado a áreas com características específicas, devendo ser aprovado pelo colegiado superior de cada IFE. Quem está no regime de 40 horas com DE é impedido de exercer outra atividade remunerada, pública ou privada. Se ocupa cargo de direção, função gratificada ou coordenação de curso, o docente de 20 horas pode, temporariamente, ser vinculados ao regime de 40 horas, sem DE, desde que não haja acumulação de cargos.

Como acesso meu contracheque online?

Entre no portal do Siape: siapenet.gov.br e clique em “servidor”. O site pedirá sua Identificação Única (caso não a tenha, solicite no DP da UFG). Digite os nove dígitos no campo e clique em “avançar”. Se for seu primeiro acesso, você deve configurar “usuário” e “senha”. Se não, digite seu login de usuário, sua senha e acesse o contracheque online.

‘A Funape protege

À frente da Fundação de Apoio à Pesquisa (Funape) nos últimos quatro anos (dois mandatos), Cláudio Rodrigues Leles deixa como legado uma fundação voltada à sua missão original: a gestão de recursos de projetos de pesquisa. Há algum tempo, por ter financiado projetos, a Funape criou a imagem de uma agência de fomento, o que era um desvio de sua função original. Hoje, a Funape é referência nacional em apoio a projetos de pesquisa e a mais importante gestora de recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do governo federal. Nesta entrevista, concedida em seu último dia de gestão, Cláudio, professor da Faculdade de Odontologia, dá detalhes do funcionamento, fala da imagem da agência e prevê os desafios do professor da Engenharia Elétrica Reinaldo Nogueira, o novo diretor executivo da Funape

Jornal do Professor – Em que fase da pesquisa entra a Funape?

Cláudio Leles – Quando começam os problemas do pesquisador. Para formalizar um contrato ou um convênio com um financiador, não basta o professor ter sua capacidade técnica na área. E essa capacidade de argumentar juridicamente com um procurador de um órgão público, sobre questões formais de um convênio, ou de fazer controle contábil, não é esperada dele. A Funape é a ferramenta que viabiliza essas ações. Mas isso nem sempre é de conhecimento de todos.

JP – Por quê?

Cláudio – Alguns entendem “apoio” como aporte financeiro. Então há professores que chegam e perguntam “o que a Funape pode fazer pelo meu projeto?”. Eu digo que pode fazer tudo, menos financiar. Essa não é a missão. E não é financeiramente viável (para fundação). Aí entra um equívoco a respeito da Funape. Por estar dentro da universidade, entendem a fundação como órgão da universidade. E não é. Tem total autonomia e independência em relação à universidade, financeira e administrativa. Foi criada com a finalidade de dar suporte no gerenciamento de projetos dentro da UFG. Mas como é autônoma, tem que custear suas próprias despesas. Todas as pessoas que trabalham aqui são empregados da fundação. Por muito tempo, por ter tido ações de fomento, a fundação criou essa imagem, de agência de fomento. E que davam visibilidade dentro da universidade. Coisas colocadas num nível de relevância muito alto, quando na verdade aquilo era algo secundário dentro de sua missão. A Funape gerenciava centenas de projetos, coisa de R\$ 50 milhões, mas era reconhecida e valorizada na comunidade por um edital onde aplicava R\$ 100 mil.

JP – Temos feito reportagens com professores atuantes na pesquisa, que reclamam da dificuldade na falta de apoio da universidade para gerir esses projetos. A Funape está presente na vida desses professores?

Cláudio – Muito presente, mas não em todos. Em muitos casos não é possível fazer aporte de recursos na fundação. Há gestores que preferem fazer contratos com órgãos públicos...

JP – Existe, entre professores, preferência em fazer contratos com órgãos públicos?

Cláudio – Muitos professores querem se relacionar com a Funape, mas as exigências específicas do contrato não permitem que venham para cá. E acontece de o professor não saber que existe este outro caminho, esta ferramenta. A orientação que eu dou é essa, se você tem alguma possibilidade de financiamento para o seu projeto, procure a Funape. Porque ela tem interesse em auxiliar na captação, mesmo que o recurso, no final, vá para universidade.

JP – Os recursos para administrar a fundação vêm de onde?

Cláudio – Todo projeto da Funape só existe em função de recursos aportados. Uma das primeiras ações de um projeto é abrir uma conta bancária. Toda estrutura da fundação envolvida num projeto é financiada também com recursos desse projeto. Do total de recursos aportados pelo financiador, uma parcela é destinada à Funape para ser ressarcida de suas despesas operacionais. A parte para arcar com as despesas gera, por ano, em torno de 5% da receita total, o que dá valor aproximado de R\$ 3 milhões. As despesas da Funape são altíssimas (veja quadro de números). Isso porque é uma estrutura muito enxuta. Não se reduz despesa na Funape sem reduzir eficiência. E temos muita necessidade de equilibrar a nossa receita com a nossa despesa.

JP – A universidade contrata a Funape?

Cláudio – Sim. Às vezes, a universidade recebe recurso de projeto, não orçamentário. Ela tem prerrogativas para gerir esse recurso, mas precisa de estrutura, pessoal, facilidade para contratar profissionais, que não tem. Então a universidade passa a ser a financiadora do projeto e contrata a Funape.

JP – A Funape pode apoiar pesquisador contemplado com editais da Fapeg?

Cláudio – A Fapeg, especificamente, veda no estatuto a contratação de pessoas jurídicas para gerenciamento de projetos. Nas fundações de amparo, ou no CNPq, por exemplo, os auxílios são individuais, nos nomes das pessoas. Mas a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação), por exemplo, não aceita que o professor seja o proponente. Só trabalha com instituições. A Funape ou a própria UFG podem ser proponentes de uma chamada da Finep. Alguns órgãos públicos preferem trabalhar com as fundações. Porque numa agência de fomento, o proponente se vira, entre aspas, para executar da melhor forma. Aqui, o contratado ou conveniente é a Funape, que passa a ser a figura jurídica que representa junto ao financiador, para todos os efeitos. Isso protege o pesquisador. O contrato é entre financiador e fundação, que junto ao coordenador do projeto tem um instrumento chamado plano de trabalho, onde estão definidas ações, planejamento, distribuição de recursos. Aí começa toda diferença. Quando o dinheiro entra na Funape, o setor financeiro o trata de uma forma mais eficiente, com aplicações financeiras, são relações de mercado.

JP – E se o recurso for público?

Cláudio – O tratamento é como instituição pública, com licitações. A forma como isso será feito dentro da Funape depende da natureza do recurso. Se é privada, faz-se uma cotação de preços e compra pelo menor orçamento. Se for pública, tem que fazer o processo licitatório, de acordo com a Lei 8.666.

JP – E isso não atrasa os projetos?

Cláudio – É uma exigência legal. Se o recurso é público e for gasto sem licitação, a Funape é processada por improbidade administrativa.

JP – E como Funape consegue agilidade se ela também precisa se submeter à lógica do dinheiro público?

Cláudio – Aqui há condições de fazer todos os processos nos prazos mínimos exigidos no projeto. Se tem que fazer um pregão eletrônico, uma publicação e aguardar 15 dias, quando completar, dá andamento imediato. A Funape faz isso de forma eficiente porque tem pessoas contratadas exclusivamente para isso. Na universidade, o departamento de compras e licitações tem que dar conta dos processos de toda universidade, desde a empresa que presta serviço de jardinagem, por exemplo, até o equipamento do projeto.

JP – Dos R\$ 63 milhões de receita de 2013, quanto seria recurso público?

Cláudio – Em torno de 70%. Normalmente os recursos públicos são maior volume.

JP – Como é a relação da Funape com a Reitoria?

Cláudio – Excelente. Muitos projetos da universidade tem o ressarcimento baixíssimo, às vezes zero.

JP – Então a Funape abre mão de recursos?

Cláudio – Sim, se o projeto é importante para a universidade, a Funape abre mão. Isto não é uma posição do diretor, a fundação faz porque é sua missão, é de interesse da universidade. Há projetos com com-

o pesquisador'

Macloys Aquino



Professor Cláudio Leles, na sala de reuniões com memorial de ex-diretores da Funape, em seu último dia de gestão: "A universidade, os pesquisadores e os parceiros tem de se orgulhar de ter uma fundação que é referência nacional"

plexidade operacional baixa e ressarcimento alto – são poucos, mas existem. Outras vezes, projetos de alta complexidade, mas que geram pouca ou nenhuma receita. A diretriz é que se o projeto é importante para a universidade ou para o Estado, a Funape entra sem taxas. É comum o conselho aprovar esses projetos.

JP – Como o senhor avalia a imagem da Funape?

Cláudio – A universidade, os pesquisadores, os parceiros tem de se orgulhar de ter uma fundação que é referência nacional. Isto é muito visível para o coordenador, para o pesquisador. Às vezes, quem não tem muita relação com a fundação, não tem projeto aqui, tem impressão de que a Funape não faz nada. Às vezes, você vai num lugar, num conselho, numa reunião, as pessoas ainda falam que a Funape é a caixa preta, a privatização da universidade. Faz parte, é a universidade. Mas a fundação está sempre aberta para explicar o que faz, porque algumas críticas são somente desconhecimento.

JP – Qual o desafio do professor Reinaldo Nogueira (novo diretor executivo)?

Cláudio – Primeiro, passar por aquilo que eu passei, deixar de ser um professor para ser gestor da fundação. Ele vai ter de sair de uma unidade, onde convive numa realidade muito distinta, para uma instituição privada autônoma. Quando as coisas aqui vão bem ou mal, você é o único responsável por isto. Às vezes, na unidade, falta um material para uma aula prática e o professor não é exatamente responsabilizado por isso. Aqui não. Se eu não tiver recurso para comprar uma caneta, ninguém trabalha. A gente não pode ficar parado esperando o financiamento chegar. A Funape, já há algum tempo, saiu de uma postura passiva, de ficar esperando o projeto bater na porta, e passou a ir atrás. A Funape não está aqui para criar facilidades, mas para achar caminhos para tornar as coisas possíveis. As dificuldades são muitas. Então o desafio é superar estas limitações, avançar, torná-la cada vez mais eficiente com o recurso limitado que tem.

JP – Que experiência o senhor adquiriu na Funape?

Cláudio – Uma ampliação do universo de relacionamentos. Hoje eu tenho contato muito próximo com vários coordenadores, com várias pessoas de projetos, que acredito que se eu tivesse na Faculdade de Odontologia eu não teria tido. Você amplia os horizontes de contatos com coordenadores, reitores, secretários, governador...

JP – Experiência política?

Cláudio – Não, mas tem muitas ações aqui que envolvem componentes políticos. As muitas ações do setor público se referem a políticas públicas. Mas sim, você abre portas.

JP – O que mudou na sua visão da universidade?

Cláudio – Aqui você tem uma visão por outro lado. Existe uma visão de que aqui se joga num time diferente, está todo mundo trabalhando no mesmo sentido, mas você está vestindo outra camisa. É comum que os interesses sejam diferentes. Às vezes a Funape gostaria que fosse de uma forma, a universidade de outra, e você tem de ter, apesar de estar defendendo os interesses da fundação, o desprendimento de entender que o interesse maior é o da universidade. Isto é, se a pessoa tiver um pensamento diferente, que está à serviço da universidade, pode gerar conflito. Mas posso dizer que ampliou minha visão da gestão de projeto, de como ele nasce, os caminhos que percorre. Eu acho que o maior benefício que eu pude ter é que no futuro eu posso ser um bom cliente para a Funape. Eu sei como funciona, eu sei o que ela pode fazer, então vou atrás dos meus projetos agora, vou captar, vou fazer. Volto para as atividades acadêmicas regulares.

O QUE É
A Funape é uma fundação privada sem fins lucrativos que pode ser entendida, de forma geral, como um escritório que administra recursos, faz controle financeiro e das ações dentro dos projetos. Gere contratos e convênios de projetos de qualquer natureza, desde tecnologia e inovação a projetos de extensão e ações sociais e de cultura, exclusivamente para pesquisa. Atua desde a fase inicial, da captação dos recursos, à prestação de contas.

NÚMEROS

R\$ 66 MIL*
é total em caixa

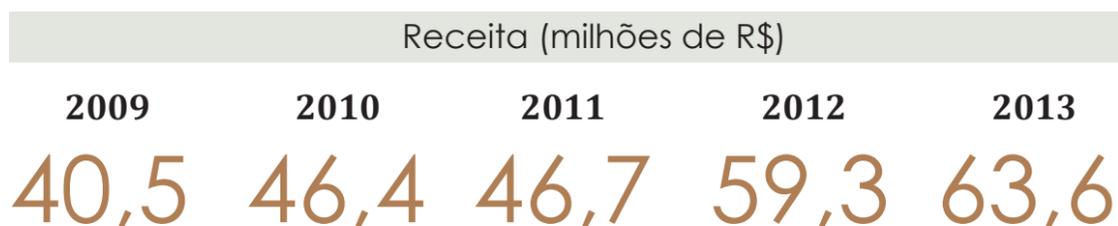
R\$ 2,5 MILHÕES*
foram gastos com pessoal e terceirizados

890*
contas bancárias administradas

316*
empregados (fixos e temporários)

43*
empregados na administração

*EXERCÍCIO 2013



Morte de aluna vira estopim para reivindicações docentes

Atropelamento em rodovia leva estudantes, técnico-administrativos e professores a engrossar movimento que cobra melhores condições de acessibilidade e de condições de trabalho

Josiane Evangelista Pinto voltava da aula no Câmpus Jatobá, em Jataí. Como era tarde da noite, ela, preocupada com o tráfego da BR-364, saiu com sua moto pela entrada de pedestres e ciclistas e seguiu na contramão pelo acostamento, rumo ao retorno. Infelizmente, ela não chegou a Jataí com vida.

A morte da estudante do curso de Direito foi o estopim de um movimento estudantil, que reivindica melhores condições de acessibilidade para a Cidade Universitária, mas que irradiou a servidores técnico-administrativos e a professores.

Fortalecido, o movimento ampliou a pauta e passou a cobrar soluções para problemas históricos da UFG em Jataí, como inadequação física de prédios, escassez de servidores técnico-administrativos, más condições de trabalho. Manifestantes ocuparam e bloquearam o acesso à Cidade Universitária no dia 20 de março. Só liberaram no último dia 2 de abril.

A Cidade Universitária fica às margens da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek (BR-364), via que segue do interior de São Paulo à fronteira oeste do estado do Acre. O tráfego pesado de carretas e caminhões se intensifica logo à frente do câmpus, onde a BR-364 encontra-se com a BR-060. É neste entroncamento que se localiza o retorno utilizado por quem sai da Cidade Universitária e quer voltar ao centro de Jataí.

Para evitar os perigos do cruzamento e a necessidade de ter de rodar

quase cinco quilômetros a mais, principalmente estudantes utilizam um caminho improvisado, que corre um quilômetro de acostamento na contramão, para sair do câmpus e voltar para Jataí. Foi exatamente neste trecho onde uma caminhonete atingiu e matou Josiane.

Antes da inauguração da Cidade Universitária, há três anos, o acesso era feito por outra entrada próxima ao retorno. “Com o crescimento do câmpus e desenvolvimento da parte superior, foi prevista a entrada principal. No momento que ela ficou pronta, foi fechada a outra saída, que se tornou apenas entrada para pedestres. Só que nosso retorno era logo aqui. Com a duplicação da BR e o desenvolvimento da rodovia, a gente está tendo de ir até o viaduto pegar o retorno”, explica Cecília Nunes, professora do curso de Medicina Veterinária.

Barulho

“É um movimento dos alunos que ganhou a adesão e o apoio de toda comunidade universitária”, comenta o professor Luis Contim. Ele, que já se acidentou na saída do câmpus diz que o movimento foi justo e legitimou a participação da comunidade universitária.

“É uma briga que envolve todo mundo, envolve os professores, envolve os estudantes, os técnicos e chegou num momento em que a gente precisou existir. E a forma de existir foi fazendo este movimento, este barulho. Infelizmente, só quem grita é ouvido”, comenta Cecília Nunes.

Dnit

“A gente precisa que o Dnit, a prefeitura de Jataí, os órgãos competentes atendam estas questões”, cobra a professora. “Nós precisamos de prevenção. Vamos fazer tudo para que estes alunos não morram mais”, comenta a professora Leonor Paniago, da Pedagogia.

“A mídia está dizendo que a aluna que morreu infringiu leis de trânsito. Isto é verdade, mas a questão não é esta. Eu trabalho lá desde 2009 e sempre vejo meus alunos atravessando aquilo lá a pé. Onde estava Josiane estão dezenas e até centenas de alunos todas as noites”, desabafa Leonor.

Comunidade quer ações imediatas

Um dia após o bloqueio da Cidade Universitária, o reitor da UFG, professor Orlando Amaral, e o vice-reitor Manuel Chaves, se reuniram com os manifestantes. Estiveram presentes também representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e o diretor da Regional Jataí, Wagner Gouvêa dos Santos.

Acionado pelo reitor Orlando Amaral, o Dnit se comprometeu com instalação de lombadas eletrônicas, roçagem dos canteiros da rodovia assim como a execução de iluminação e estudos técnicos para implantação de novo retorno ou viaduto. A UFG ainda comprometeu-se em criar um serviço de transporte entre os câmpus da cidade, com dois ônibus da universidade. Mas tanto estudantes quanto professores e servidores técnico-administrativos exigem soluções imediatas e de curto prazo, que até o fechamento desta edição (8 de abril) não haviam sido oferecidas.

Continuidade

O chefe de gabinete do prefeito de Jataí, Nelson Silva, afirmou que a prefeitura está disposta a colaborar acionando órgãos federais responsáveis, responsável pelas soluções. Disse que a prefeitura de Jataí é que levou a UFG para cidade, “que construiu tudo que tem aí, com exceção do câmpus Jatobá”, portanto tem todo interesse em resolver as demandas.

Em nota divulgada no dia 1º de abril, o Movimento pela Acessibilidade aos Câmpus da UFG/Regional Jataí anunciou a desocupação e o desbloqueio, mas informou, numa agenda, que as reivindicações continuam.

Estudantes bloqueiam entrada da Cidade Universitária, em Jataí, após o atropelamento e morte da estudante de Direito Josiane Evangelista: reivindicações ainda persistem



Luis Contim

Frederico Oliveira



Professora da Pedagogia, Leonor Paniago, e a estudante Leidiane Alves: pedidos de adequação física para melhorar acessibilidade e contratação de intérpretes

JATAÍ

Regional ainda em dificuldades

Docentes reclamam de falta de autonomia e tratamento diferente em relação a Goiânia, mesmo depois do novo estatuto da UFG

A presença da UFG em Jataí completou 33 anos no último dia 10 de março. No entanto, a Regional ainda enfrenta dificuldades em função da pequena autonomia e recursos limitados, afirmam docentes. O novo estatuto, que promete mais autonomia, não foi muito bem recebido nos campus da cidade.

“A realidade daqui é muito diferente da UFG em Goiânia”, diz uma professora da Geografia, que prefere não se identificar. Ela diz que não houve consultas suficientes à comunidade para elaboração do novo estatuto.

Com as novas determinações, os cursos precisam se organizar em unidades acadêmicas. Outra queixa dos docentes é a redução do número de conselhos universitários (Consuni), que passa a se reunir a cada três meses, e uma suposta uniformização de realidades distintas, gerada pela criação de regionais.

“A voz da gente no interior é um pouco diferente. Grande parte dos diretores lá no Consuni não sabe a realidade de um câmpus de interior”, comenta o professor Ricardo de Mattos, do curso de Ciências Biológicas. “Politicamente, quando você começa a diminuir para ficar mais enxuto, você acaba colocando também de forma clara que você quer pouca discussão”, reclama o professor.

“Aqui nunca houve técnicos para as aulas de Química na Biologia, o professor sempre produziu a aula”, afirma Ricardo. Nas avaliações do Ministério da Educação, o curso se destaca pela formação dos docentes, e não pela infraestrutura. “As pessoas aqui não se sentem UFG, se sente Câmpus Jataí, é diferente”, compara Ricardo.

De acordo com o professor, a descentralização de algumas atividades, como as compras, acabou não funcionando. Ele espera equipamentos para dezesseis laboratórios há um ano. Devido à falta de técnicos, ele mesmo teve de fazer a solicitação da compra no sistema (Solicite). Além disto, o centro de recebimento é em Goiânia, o que continua atrasando o processo.

Intérpretes

Desde o começo do semestre, três estudantes surdos do curso de Pedagogia não têm intérpretes como a lei garante. Eles têm de assistir suas aulas e tentar entender o que o professor fala somente por leitura labial. Foi o que levou docentes e estudantes do curso de Pedagogia a paralisar as atividades do Câmpus Riachuelo, no dia 25 de março.

Há um mês, três estudantes surdos não têm mais intérpretes, cujos contratos venceram. Embora a legislação aponte como crime impedir o acesso do aluno deficiente à educação e exija a presença do intérprete, esta norma não tem sido respeitada pela universidade.

Acessibilidade

A professora Leonor Paniago, da Pedagogia, explica que há muito tempo são feitas solicitações de adequação do espaço físico do Câmpus Riachuelo para portadores de necessidades especiais. Professores já recorreram ao Centro de Gestão do Espaço Físico (Cegef), Direção da Regional, Prefeitura Municipal e reitoria da UFG. E até agora nada. “Desde 2009 quase ninguém diz nada, não acontece nada”, disse.

“O Cegef tem um tratamento diferente para Goiânia e aqui”, reclama o professor Edésio dos Reis, da Faculdade de Agronomia. “Tem prédio nosso aprovado em 2010, de projeto nosso da pós-graduação, de R\$ 1,5 milhão. Finep liberou o recurso e deu três anos para fazer o prédio. Só precisa a universidade fazer o projeto e licitar”.

Reitor da UFG, Orlando Amaral informou que os intérpretes do curso de Pedagogia foram contratados e que há uma vaga de intérprete, que será provida por concurso. Informou também que a reitoria estuda medidas para adequar os prédios dos campus para acessibilidade. “Não há nenhum tratamento diferenciado em relação a uma regional ou outra, não há fundamento em uma afirmação desta natureza”, reiterou.

CATALÃO

30 anos de consolidação

Aos 30 anos, a Regional Catalão se consolida como polo de pesquisa e de inovação da região sudeste do Estado de Goiás. Com 3,5 mil alunos e 300 docentes, a regional trabalha agora para abrir o Restaurante Universitário, fortalecer licenciaturas, abrir o curso de Medicina (projeto já tramita no MEC), criar empresas juniores e finalizar obras como o prédio das engenharias e da administração.

O Câmpus Avançado de Catalão surgiu em 17 de dezembro de 1983 para suprir as demandas por profissionais das áreas de Engenharia de Minas, Educação e Agropecuária na região. O funcionamento da unidade só foi possível após parceria entre a Pró-Reitoria de Extensão da UFG e Prefeitura de Catalão, que inicialmente bancou contratações docentes.

“A parceria continua, com o apoio na cessão de servidores técnicos administrativos e professores, auxílio na urbanização da universidade e realização de convênios de pesquisa com temática voltada a problemas do município”, diz o diretor da regional, o professor do Departamento de Ciência da Computação Thiago Jabur.

“A ideia é que possa haver sempre uma integração entre diferentes órgãos públicos

em prol da sociedade. Temos parcerias em menor escala com prefeituras de outras cidades vizinhas, com convênios de estágio, cooperações técnicas e participação com Educação a Distância (EAD)”, acrescenta.

Cinco cursos da Regional Catalão com EAD estão presentes em 14 cidades pólos, sendo uma dessas Mineiros, distante a mais de 600 quilômetros de Catalão. “Em consonância com o slogan comemorativo de nossos 30 anos, ‘O presente que faz o futuro’, tenho a dizer que toda comunidade interna e externa pode contar sempre conosco para construir um futuro com muitos avanços”, diz o professor.

Jabur iniciou atividades docentes na regional em 2010. Nasceu em Catalão e mudou-se para São Carlos (SP) em 2000 para estudar, onde fez graduação, mestrado e doutorado, até voltar à cidade natal. Na direção, é o primeiro catalano nato no cargo. “Essa é minha terra, local em que vivi toda minha infância e juventude e onde escolhi para viver o resto da minha vida”, diz.

NÚMEROS EM CATALÃO

26
cursos de graduação

9
programas de mestrado

300
docentes

3,5
mil alunos

100
técnicos administrativos

126
alunos da graduação têm bolsa de pesquisa

1983
ano de fundação do Câmpus Avançado

RAQUEL TEIXEIRA

Luta inveterada pela educação básica

Como a professora aposentada da Faculdade de Letras, ex-secretária da Educação e ex-deputada federal saiu da vida pública para se dedicar com exclusividade à educação básica pública

Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira nasceu filha de médico, estudou em bons colégios particulares, foi uma das primeiras jovens em Goiás a fazer intercâmbio cultural nos Estados Unidos, em 1964. Formou-se em Letras na UnB, fez doutorado em Linguística na Universidade da Califórnia, Berkley, e muito cedo tornou-se professora da universidade.

Em seu primeiro dia como secretária de Estado da Educação em Goiás recebeu um telefonema epifânico. Era uma ex-aluna da UFG, que ligou para dizer que a odiava. Raquel havia sido sua professora na Faculdade de Letras e a moça, recém-formada, havia acabado de começar o ano letivo numa escola pública no Madre Germana, em Aparecida de Goiânia, numa turma noturna e agressiva.

“Me odiava porque eu não havia contado para ela como era o sistema que ela encontraria fora da universidade. Foi a melhor coisa que me aconteceu no primeiro dia de gestão na secretaria”, lembra. Raquel confessa, sem problemas, que até ser convidada a assumir a Educação, em 1999, depois de longa carreira na UFG, não tinha noção de como era o sistema público de ensino brasileiro.

“Foi aí que me dei conta de que estávamos isolados (na universidade). Havia uma separação, hoje contornada, mas ainda é um mal que afeta a educação básica”, diz. Desde então, como secretária, deputada federal por dois mandatos, membro do Conselho Nacio-

nal de Educação, do CNPq, Capes, Inep ou ocupante de outros tantos importantes cargos de repercussão nacional, Raquel tem se dedicado à luta pela educação básica pública no País.

Em 1932, o educador Anísio Teixeira havia dito que a democracia no Brasil só será consolidada no dia em que a máquina que formar essa democracia for a escola pública. “Estou absolutamente convencida disso. A escola pública é quem tem que aceitar todo mundo. A escola particular manda embora quem ela não quer, e o sucesso dos alunos muitas vezes vem das oportunidades que têm na família”.

Após o segundo mandato de deputada, em 2011, Raquel foi convidada a cuidar do legado da família Jaime Câmara. “Queremos que esse legado seja em educação”, disseram no dia do convite para tocar a Fundação Jaime Câmara. “Foi um presente que ganhei para trabalhar com educação básica”. Ela se aposentou da UFG para se dedicar à empreitada.

E agora está nos últimos detalhes de um projeto experimental que vai colocar o Instituto Jaime Câmara, do qual é diretora presidente, em convênio com a Secretaria da Educação para testar um modelo de ensino integral em dez escolas.

“É a entrega à educação básica pública que me faz chegar aos 67 anos querendo chegar aos 100”, diz. “O que eu puder fazer na fundação, nos conselhos de que faço parte, onde eu puder influenciar, farei”, determina-se.

‘O que faz a diferença é o envolvimento’

Como deputada, Raquel foi relatora da lei que criou a escola de tempo integral. Para o projeto, fez audiências públicas em todo País, universidades, conselhos, sindicatos, entidades estudantis. “As pessoas implantam educação integral às vezes sem saber o próprio conceito. O que faz a diferença é o envolvimento da direção, do professor, a gente sabe os caminhos”, diz.

Em 1960, pesquisas apontaram os principais fatores de sucesso escolar dos alunos: nível socioeconômico da família e escolaridade da mãe. Isso ainda é verdade. Então, aquele aluno cujo pai é presidiário e a mãe é analfabeta, desempregada, está teoricamente fadado ao fracasso. “Não. A escola pública pode ser a compensação”, empolga-se Raquel.

“O envolvimento da família é essencial, mas não precisa ser um envolvimento qualificado, até porque a maioria das mães e pais brasileiros não tem qualificação acadêmica, então seria injusto exigir esse acompanhamento. Às vezes, uma pergunta ‘como foi na aula hoje’ já faz muita diferença na vida de uma criança”, diz Raquel.

Uma escola feita metade em madeira, metade alvenaria, com salas separadas por lonas, em Eirunepé (AM), ficou em 4º lugar entre as escolas públicas, no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2009. Em relação a 2007, quando a mesma escola teve péssimo desempenho, o que mudou foi o envolvimento dos profissionais.

“A escola não tinha dinheiro para oferecer curso integral, mas os alunos corriam em casa, comiam e voltavam para ter aula de reforço”, conta Raquel. Os professores haviam topado o desafio da prefeitura e ganharam gratificação para se dedicar mais. Não houve investimento em infraestrutura. Mas Raquel ressalta: “se professores e profissionais da escola tiverem condições de trabalho, milagres acontecem”.



Teresa Costa/Arquivo

Raquel, quando deputada federal, visita escola em Bonfinópolis, em 2006: carisma

‘Me senti comprometida com o projeto de governo’

Raquel Teixeira tem o dom da descontração. Mas o magnetismo é sua maior habilidade. É de uma liderança nata. A conversa de Raquel com o JP, numa mesa do Shopping Buena Vista, no Setor Bueno, foi interrompida uma dezena de vezes. “Ô, deputada!”, “ô, secretária”, acenavam conhecidos ou desconhecidos. Sorridente, ela se levantava, cumprimentava, abraçava as pessoas e as corrigia. “Sou professora”.

Desde jovem, bastava participar de uma reunião que acabava ganhando uma responsabilidade de organização. É verdade que ela gosta de gerir, articular, mas nunca direcionou suas ações a isso. “Acontece, acaba que sou chamada a me candidatar a algo” diz sorrindo.

Em 1998, Raquel disputou a reitoria da UFG com a professora Milca Severino. Foi a primeira vez que duas mulheres con-

correram ao cargo. A campanha foi acirrada como em poucos momentos da história da universidade. Teve militância de rua, outdoor espalhado pela cidade e debate. E foi ao final de um desses debates que ela recebeu uma ligação de Marconi Perillo.

O então deputado federal do PSDB ligou para dizer que havia gostado muito das ideias da professora e ofereceu apoio. Raquel foi derrotada mas, meses depois, Marconi era quem estava em campanha. “Professora, vou ser governador deste Estado e quero você comigo no governo”, disse o então candidato, com apenas 3% das intenções de voto, no segundo telefonema a Raquel.

“Aceitei fazer o planejamento para a Educação e acabei me tornando secretária, com muita autonomia”, lembra, ela que, apesar do poder de aglutinação, nunca ha-

via militado, disputado cargo ou se filiado a partido. Três anos depois ela se filiou ao PSDB (“me senti comprometida com o projeto de governo”) e começava sua carreira na vida pública.

Acidente

Terceira mais votada, foi eleita deputada federal em 2002 e reeleita em 2006. Viveu intensamente a Câmara Federal, tem pesadas críticas ao sistema partidário brasileiro – que “privilegia celebridades em detrimento de cabeças dispostas a pensar a nação – e abandonou a política após o grave acidente de carro que sofreu em 2011.

Foram três dias em coma. “Quando você fica mais pra lá do que pra cá, você repensa a vida. E achei que queria mais tempo para a família e para a educação básica pública. Foi uma decisão foi muito sincera”, diz.